

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### **RECURSO :**

ILMO SR. PREGOEIRO DO CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2022

REVESTE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES E REFORMAS EIRELI, CNPJ/CPF: 35.046.831/0001-89, vem, respeitosamente a presença de Vossa Senhoria, subsidiada por sua advogada, com fundamento na Lei nº 10.520/2002, do Decreto nº 10.024/2019, interpor o presente RECURSO ADMINISTRATIVO face, a equivocada decisão proferida no que tange a classificação da empresa RL SOLUCOES E SERVICOS EM ENGENHARIA EIRELI, vencedora do 1, por nítida ofensa ao item 8.14.2.3. Serviços de instalações elétricas, telefonia e lógica em escritórios. pelas razões a seguir escandidas:

#### I - DOS PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS DE ADMISSIBILIDADE DO PRESENTE RECURSO:

O presente recurso segue assinado por advogada da empresa, desnecessário o preparo e, quanto a tempestividade, basta verificar que houve o regular registro da intenção de recurso na forma prescrita, a qual recebeu o aceite do sistema, de tal sorte que o dies a quo para apresentação das razões foi 23/08/2022, importando o dies ad quem em 26/08/2022, do envio ao sistema do presente se infere sua tempestividade, razão pela qual, urge o conhecimento do apelo.

#### II – DA SÍNTESE DOS FATOS

No dia 15/08/2022, às 09:00 horas, foi aberto o Pregão Eletrônico n PE 161/2022., cujo objeto é a Prestação de serviços comuns de engenharia, para adequação de leiaute dos pavimentos térreo, sexto e sétimo andar, envolvendo troca dos pisos, instalação ou remoção de divisórias e adequação da parte elétrica, da unidade Sede do Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo

Após a fase de lances, a empresa RL SOLUCOES E SERVICOS EM ENGENHARIA EIRELI, vencedora do 1, mesmo desatendendo os itens do edital no que tange às especificações técnicas, conforme transcritos a seguir, foi declarada vencedora:]

8.14.2. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto do presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto:

8.14.2.1. Pintura de paredes internas.

8.14.2.2. Fornecimento e Instalação de piso vinílico para escritórios, com espessura variando entre 2 a 5 mm de espessura.

8.14.2.3. Serviços de instalações elétricas, telefonia e lógica em escritórios.

O atestado apresentado pela empresa RL não cumpriu o item 8.14.2.3 no que tange a comprovação de serviços de telefonia.

Sendo assim, além de não haver motivação para o ato administrativo que levou o pregoeiro A HABILITAR a empresa ganhadora, todos os argumentos jurídicos que serão elencados nesta peça recursal, darão ensejo a inabilitação sumária da Recorrente.

Ademais, as exigências elencadas no edital são suficientemente claras para a inabilitação da empresa. Neste caso, é de saltar os olhos a vontade imotivada da Pregoeira em habilitar da Recorrida, posto que as exigências editalícias não foram totalmente cumpridas. Senão vejamos.

#### I – DO DIREITO

##### I.1 DO DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.14.2.3

Conforme a habilitação da empresa RL, os atestados apresentados não correspondem às exigidas no edital, para a correta habilitação técnica da licitante quanto aos itens licitados no certame.

Nos termos da exigência do 8.21 do edital, 8.21. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital;

Mas não foi o que ocorreu no presente certame, a empresa vencedora apresentou atestados que não atendem integralmente com o instrumento convocatório não sendo regular a sua habilitação, devendo ser sumariamente desclassificada.

Não há espaço para interpretação subjetiva, visto que o critério objetivo é o que impera nas licitações públicas.

No caso, habilitar uma empresa que não cumpriu integralmente com o edital, é sujeitar que o ato fique eivado de vício insanável que leve a anulação do presente certame, caso homologado, por afronta ao Regulamento.

Com a devida vênia, a decisão da ilustre pregoeira é insustentável, sendo a vinculação ao instrumento convocatório nesse caso, absoluta.

Não há margens para se entender que as especificações são similares, em razão de que o edital é cristalino ao exigir que "A Licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos", e mais, que o pregoeiro examinará as propostas quanto à compatibilidade dos preços ofertados com o valor estimado para a contratação e à conformidade da proposta com as especificações técnicas do objeto e com os requisitos estabelecidos neste Edital e desclassificará as que: I - Contenham vícios insanáveis; II

- Descumpram especificações técnicas constantes do edital;; ou seja, era do intuito do órgão, não acolher

qualquer tipo de especificação do produto.

Abranger a interpretação é afronta o requisito do edital, e pelo princípio da isonomia, a exigência tal como está no edital DEVE SER aplicável a todos os participantes.

Desta feita, não há outra conclusão senão a de considerar que a proposta da empresa RL SOLUCOES E SERVICOS EM ENGENHARIA EIREL deve ser inabilitada, em cumprimento ao item do edital.

Art 78 que:

A Pregoeira descurou das qualificações técnicas essenciais à habilitação. Não se trata, nesse caso, de rigorismos inúteis e preciosismos técnicos, uma vez que não cumprir o estabelecido no edital inviabiliza a ampla concorrência e a isonomia, bem como macula o certame de ilegalidade.

### III. 2 DA QUEBRA DA ISONOMIA

Ao itarhabil a empresa RL SOLUCOES E SERVICOS EM ENGENHARIA EIREL, sem qualquer motivação ou razoabilidade, fere o princípio da isonomia, pois confere tratamento diferenciado, em prejuízo ao recorrente sem qualquer amparo legal.

Sabidamente, trata-se de preceito basilar e indispensável de todo e qualquer ato público, conforme leciona Adilson Abreu Dallari:

"O princípio da isonomia é uma decorrência imediata do princípio republicano, motivo pelo qual o insuperável Geraldo Ataliba, às páginas 133 e ss. De seu República e Constituição (...), afirmou que ele se irradia sobre todos os dispositivos constitucionais, afetando tanto a elaboração das leis quanto todos os atos administrativos: "...Os poderes que de todos recebem devem traduzir-se em benefícios e encargos iguais para todos os cidadãos. De nada valeria a legalidade, se não fosse marcada pela igualdade. A igualdade é, assim, a primeira base de todos os princípios constitucionais e condiciona a própria função legislativa, que é a mais nobre, alta e ampla de quantas funções o povo, republicanamente, decidiu criar. A isonomia há de se expressar, portanto, em todas as manifestações do Estado..." (in Concurso Público e Constituição. Coordenador Fabrício Motta. Ed. Fórum, 2005. Pg.92)

Portanto, qualquer ato que venha a comprometer a igualdade entre os administrados deve ser rechaçado pelo Poder Judiciário - como no presente caso.

Afinal, trata-se de ato que contraria o próprio princípio da finalidade, da eficiência e da razoabilidade, pois acaba por reduzir a maior amplitude de opções a atingir o objetivo público.

A esse propósito, insta trazer à baila a lição do saudoso professor e magistrado Hely Lopes Meirelles, que assim

assevera:

(...) todo ato administrativo, de qualquer autoridade ou Poder, para ser legítimo e operante, há que ser praticado em conformidade com a norma legal pertinente (princípio da legalidade), com a moral da instituição (princípio da moralidade), com a destinação pública própria (princípio da finalidade), com a divulgação oficial necessária (princípio da publicidade) e com presteza e rendimento funcional (princípio da eficiência). Faltando, contrariando ou desviando-se desses princípios básicos, a Administração Pública vicia o ato, expondo-o a anulação por ela mesma ou pelo Poder Judiciário, se requerida pelo interessado. (in Direito Administrativo Brasileiro, 34ª Edição, 2008, Editora Malheiros, São Paulo, pg. 716)

Pelo princípio do vínculo ao instrumento convocatório, todos os licitantes devem cumprir rigorosamente as regras previstas no edital, de forma que não há discricionariedade do Pregoeiro em admitir a sua não observância.

No presente caso, referida empresa não atendeu as regras entabuladas no instrumento convocatório ao apresentar documentação irregular e em desconformidade com as especificações da qualificação técnica. Portanto, se trata de inequívoco descumprimento aos termos do edital devendo culminar com a sua DESCLASSIFICAÇÃO.

Dito isso, outro deslinde não pode ter o presente caso a não ser a revisão do ato administrativo impugnado, para que seja considerada a empresa RL SOLUCOES E SERVICOS EM ENGENHARIA EIREL inabilitada.

## II - DO PEDIDO

ISTO POSTO, diante da plena comprovação de QUE a empresa RL SOLUCOES E SERVICOS EM ENGENHARIA EIREL não cumpriu com os requisitos do edital, REQUER, o recebimento do presente recurso, nos termos do art. 82 do Regulamento Interno.

Ao final, que a Pregoeira reconsidere a decisão, declarando a empresa Recorrida INABILITADA.

Não alterando a decisão, requer o imediato encaminhamento à Autoridade Competente. Nesses termos, pede e espera deferimento.

REVESTE SERVICOS DE CONSTRUCOES E REFORMAS EIRELI CNPJ/CPF: 35.046.831/0001-89,

PRISCILLA MENDES VIEIRA OAB/PA 13.700

**Fechar**